

**Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**

**Revista do  
Instituto Histórico  
e Geográfico de Goiás**

Nº 35

GOIÂNIA-GO  
KELPS, 2025

Copyright © 2025 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Editora Kelps**

Rua 19 nº 100 – St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 – Goiânia-GO

Fone: (62) 3211-1616

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP  
**BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS**

REV            Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /  
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 35 (2024) –  
Goiânia: Kelps, 2025.

324 p.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de  
Goiás. I. Título.

CDU: 94(817.3) (05)

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

2025

---

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás  
Rua 82, n. 455, Setor Sul, CEP 74083-010. Goiânia, Goiás, Brasil.  
Telefone: +55 062 3224-4622 / 3224-4941

Portal de Periódicos Eletrônicos – Universidade Evangélica de Goiás, Avenida Universitária  
Km 3,5 Cidade Universitária, CEP: 7583-515. Anápolis, Goiás, Brasil.  
Telefone: +55 062 3310-6679

---



## A cruz: do Anhanguera ou dos Bandeirantes?

Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz<sup>18</sup>

Depois de tantos anos passados, já contando quase 107 anos de ter sido instalada em um monumento na cidade de Vila Boa de Goiás, a cruz atribuída ao Anhanguera gerou uma associação de sua imagem à imagem da antiga capital goiana. O distanciamento dos fatos provocou no imaginário popular um tal atrelamento da cruz àquela cidade que hoje uma parcela de pessoas, sobretudo nas redes sociais, em seu senso comum, passa até mesmo a vincular e defender a

Figura 1 - Foto do monumento da Cruz do Anhanguera



Fonte: Extraída do site da Biblioteca do IBGE. O site informa que a foto foi tirada em 1957

18 Pároco da Paróquia São João Batista de Cumari e Anhanguera, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e da Academia Catalana de Letras (ACL). Contato: [tenhafe@gmail.com](mailto:tenhafe@gmail.com)

cruz como tendo sido originalmente ali fincada pelo primeiro administrador da cidade e da então Província goiana. Aos historiadores e pesquisadores, nunca houve dúvidas sobre a localidade onde esteve fincada originalmente a cruz e na qual foi localizada, mas há discussões sobre quem a tenha de fato fincado. Do que nos dispomos a discorrer e chegar a algumas conclusões com base em fontes e provas históricas.

**O fato:** Foi encontrada uma cruz antiquíssima no local denominado “Borda da Mata”, na região da antiga Fazenda dos Casados, zona rural do município de Catalão, em 1914. Após ter sido retirada de seu local original, a cruz foi levada em 10/11/1914 para a sede da Loja Maçônica Paz e Amor III, em Catalão, onde, no dia seguinte, foi realizada uma sessão cívica com diversas autoridades do município, cujos oradores foram Dr. Gastão de Deus, Dr. Luiz do Couto e Mendes de Almeida. Posteriormente, enquanto aguardava seu traslado, segundo Maria das Dores Campos, esteve um tempo colocada para visitação pública no cinema mudo de propriedade do sr. Marcílio Aires da Silva, na Avenida 20 de Agosto (Campos, 1976, p. 35).

Há versões diferentes da localiza o da cruz:

**1<sup>a</sup> versão:**   a versão mais corrente, a qual atribuiu ao juiz Luiz Ramos de Oliveira do Couto de ter encontrado a cruz, juntamente com o agrimensor cel. Bento Xavier Garcia, ao proceder a divisão da Fazenda Casados para um inventário.

**2<sup>a</sup> versão:** Foi encontrada por uma turma de trabalhadores da Estrada de Ferro e comunicado o fato ao juiz de Direito da Comarca Luiz Ramos de Oliveira Couto, ao qual se concedeu todos os louros de t -la encontrado.

Fato é que o juiz de Direito levou a descoberta da cruz ao conhecimento das autoridades do Estado, que a requisitaram para transferir para a capital. Antes, porém, de se trasladar a cruz para a capital goiana, gerou-se uma disputa. Os catalanos, mobilizados pelo advogado e jornalista Dr. Randalfo Campos, se manifestaram pelas páginas do *Correio de Catalão* e opuseram-se da sua retirada do solo catalano, mas em vão. Ofícios foram encaminhados pela Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, no dia 31/12/1914, aos juizes das comarcas de Catalão e Ipameri para tratar do assunto da transferência da cruz. O jornal *Correio Oficial* cita o envio desses ofícios:

Pedindo ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Catalão o obséquo de remetter ao de Ipamery, a “Cruz do Anhanguera” que segundo notícias chegadas ao conhecimento do Governo foi transportada àquella cidade.

Pedindo ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Ipamery que conserve em seu poder até que o Governo faça sua transferência para esta Capital, a “Cruz do Anhanguera” que será remettida pelo Juiz de Direito da comarca de Catalão (*Correio Oficial*, nº 1, 09/01/1915, p. 2).

Pouco tempo depois dessas correspondências, o juiz de Ipameri respondeu ao ofício encaminhado a ele:

NOTICIAS / Do Juiz de Direito da Comarca de Ipamery, recebeu a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Publica a seguinte comunicação, em resposta ao seu aviso de 30 de Dezembro findo.

Juizo de Direito da Comarca de Ipamery, 10 de Janeiro de 1915.

Exm. sr. major Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica.

Accusando o recebimento do officio que v. ex. me dirigiu em data de 30 do mez findo, devo declarar-lhe que nesta data officiei ao Agente da Estação da Estrada de Ferro Goyaz nesta cidade communicando estar autorizado por v. ex. para receber e conservar neste Juizo a Cruz do Anhanguera, que deve ser remetida de Catalão pelo dr. Juiz de Direito da comarca do Rio Paranahyba, até que o Governo providencie sobre o -transporte da mesma para essa Capital.

Agradeço e retribuo a v. ex. os protestos de consideração e estima. Saude e fraternidade - O Juiz de Direito, Rodolpho Luz Vieira (Correio Official, nº 3, 23/01/1915, p. 2).

Com o apoio do Venerável Bento Garcia e demais membros da Loja Maçônica Paz e Amor III, em cuja sede estava a cruz, esta foi levada pelo trem por meio da ferrovia até a cidade de Ipameri e entregue ao juiz Dr. Rodolfo Luz Vieira em 05/04/1915, como relata a ata da entrega:

**NOTICIAS / Acta da entrega da Cruz do Anhanguéra, ao exm. sr. doutor Rodolph Luz Vieira**, Juiz de Direito da Comarca de Ypameri, em virtude do pedido do Sr. major Antonio Augusto de Carvalho, dd. Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica deste Estado, datado de 30 de Dezembro ultimo, pela commissão encarregada da entrega do respectivo monumento.

Aos cinco dias de Abril de 1915, nesta cidade de Ypameri, e no escriptorio do respectivo Juiz de Direito da Comarca, ahi presentes os srs. dr. Rodolpho Luz Vieira, coronel José Vaz, e Modesto José Barbalho, Intendente Municipal, major João Vieira Gonsalves, dr. Ulysses Fabiano Alves, os membros da commissão maçônica,

da Loja Paz e Amor, do Oriente de Catalão José Rodrigues Silva, João Cezar Fleury, e Oswaldo Cunha, e mais pessoas gradas, por essa comissão foi feita a entrega solenne da alludida Cruz, que de hoje em diante ficará pertencendo ao Estado de Goyaz, que della poderá uzar como sua propria; em seguida a entrega, foi, pelo exm, sr dr. Juiz de Direito feito, em nome do Estado, o agradecimento que bem mostra a satisfação do Governo em possuir aquelle monumento, do que, para constar, lavrou-se esta acta, que será assignada pelas pessoas presentes.

Rodolpho Vieira, representante da Secretaria do Interior. / José Rodrigues Silva, Presidente da Comissão. / João Cezar Fleury, / José Vaz / Dr. Ulysses Fabiano Alves / José Dorsa / João Vieira Gonsalves / Modesto José Barbalho. / Antonio Lourenço / João Vaz da Costa / Oswaldo Cunha, membro da comissão. / Bento Gar [danificado] / Adolpho José d Abbadia / Joventino Barbalho / João Pirahy / João Damaso / João Pinto de Souza / Antenor do Amaral / Jonas Martins / Arthur Alves Porto / Antero Cintra / Antonio Felipe Estrella / Lino Magalhães / João Parreira / João Severino do Nascimento, gerente da “Fronteira do Sul” / Pedro R. de Lima Falunery / João Perfeito / Manuel Vaz da Costa / João de Miranda Correia / José Augusto dos Santos / José Boaventura de Souza, professor público. / Mathias Galvão, professor público. / Urias Bernardino da Costa. / Francellino Franklin Ferreira (Correio Official, nº 16, 24/04/1915, p. 3).

A imprensa noticiou a descoberta como sendo a Cruz do Anhanguera e, tomando conhecimento, o presidente do Estado de São Paulo<sup>19</sup>, Dr. Altino Arantes (1916-1920), pediu

---

19 De 1824 a 1889, a terminologia era presidente de Província; de 1889 a 1930 passou a se denominar presidente de Estado; de 1930 a 1947 denominou-se interventor federal, e somente de 1947 até os dias atuais é que se recebeu a terminologia governador de Estado.

para levá-la ao Museu do Ipiranga. Joaquim Carvalho Ferreira explica com mais detalhes a iniciativa do Dr. Altino:

Ao ter ciência do fato, o presidente de São Paulo, Dr. Altino Arantes, nomeou uma comissão de peritos para IN LOCO verificar o valor do achado. E sendo positivo o resultado, pensou em levá-lo para o Museu do Ipiranga, só não o fazendo devido à atitude do descobridor e a interferência do Dr. Olegário Pinto, então presidente do Estado de Goiás. Tempos depois, o Dr. Washington Luiz, grande Presidente de São Paulo, enviou um emissário a Goiás, conduzindo a vultosa quantia de 15 contos para adquirir a famosa Cruz. Mas a recusa do Dr. Luiz do Couto colocou um ponto final à régia proposta (Ferreira, 1980, p. 102).

Mais tarde, o sucessor do Dr. Altino, Washington Luís (1920-1924), se ofereceu para comprá-la pela vultosa quantia de 15 contos de réis. No entanto, o presidente do Estado de Goiás e o Dr. Luiz do Couto se opuseram.

A cruz teria permanecido por um bom tempo na sede do fórum de Ipameri, até que a Assembleia Legislativa de Goiás votou e aprovou, em 23/06/1916, uma lei autorizando a retirada e o pagamento do transporte da cruz para a capital. Em 17/09/1918, entre as comemorações dos 100 anos de elevação à cidade de Vila Boa de Goiás, foi finalmente inaugurado o monumento da cruz na antiga capital goiana, construído próximo às margens do Rio Vermelho, onde anteriormente existiu a Igreja de N. Sra. da Lapa, que havia sido destruída por uma enchente em 1839.

Passados 84 anos da instalação da cruz, às vésperas da virada do ano, no dia 31/12/2001, intensas chuvas caíram na região, gerando uma grande enchente e o transbordamento

do Rio Vermelho, que inundou e destruiu o Centro Histórico da Cidade de Goiás. Nessa data, o monumento da cruz também foi destruído e levado pela força das águas. Após vistorias nas margens do Rio Vermelho, no dia 02/01/2002 a cruz foi encontrada pela Defesa Civil e levada para o Museu das Bandeiras, onde está exposta até o presente momento. Em lugar da cruz original, no monumento reconstruído foi instalada uma réplica da cruz em 05/06/2004.

### **A força da narrativa que criou o mito da Cruz do Anhanguera**

Muito se ouve falar em Catalão e em todo o Estado de Goiás sobre a cruz atribuída ao Anhanguera, mas que não foi fincada por ele, e a verdade impõe-nos a apresentar como se formou essa narrativa e as provas do porque ela não foi obra desse pioneiro da história goiana.

A narrativa então criada pelos homens da política, do Direito e da imprensa acabou por se impor de se tornar quase um “dogma” inquestionável. Diversas obras históricas de autores da historiografia goiana passaram a apontar que a cruz teria sido fincada pelo bandeirante Anhanguera na passagem de sua bandeira na região da Fazenda dos Casados, em Catalão, próximo ao Ribeirão Ouvidor, em 1722, e também a relatar seu traslado para a antiga Capital do Estado. Tal fato consta narrado, declamado e cantado na história de Catalão. O próprio hino do município, cuja autoria da letra é de Aguinaldo de Campos Neto e a melodia, do maestro Frederico Campos, apresenta a seguinte estrofe: “De Goiás, de Goiás / Catalão é símbolo de paz / Catalão é símbolo de paz / Quando um sonho partiu Anhanguera / No afã bandeirante de então / Com marco deixou nesta terra / Uma cruz a brilhar na amplidão.”

Com o passar dos anos, todavia, sem base histórica alguma, novas versões, sobretudo nas redes sociais, vão surgindo. Inclusive, de que a cruz atribuída ao Anhanguera havia sido desde o princípio fincada na Cidade de Goiás. Tanto essa quanto a narrativa até então aceita não são uma realidade, mas criações. Antônio César Caldas Pinheiro em seu livro, de título bem sugestivo e que sintetiza a abordagem que fará, *Os tempos míticos das cidades goianas: Mitos de origem e invenção de tradições*, afirma que:

Toda narração histórica será sempre uma reconstrução no espaço e no tempo da história e a retidão de uma narrativa, qualquer que seja ela, será sempre uma reconstrução. O ser humano reconstrói por natureza, reconstrói tanto a própria memória individual quanto mais a coletiva. Porém, a tradição inventada não se confunde com a recriação natural e retórica do historiador. Ela carrega em si uma intenção, é construída com um objetivo, visando quase sempre a dominação. A tradição inventada, para conseguir seu intento, precisa ser aceita socialmente para que perdure e mesmo substitua uma memória natural existente, seguindo o que conscientemente traçou o seu inventor.

O que se ressaltou como um dos objetivos da tradição inventada é a socialização, a inculcação de idéias com o intuito de reconstruir uma nova tradição valendo-se de um suporte histórico existente que será a base em que se fulcrará a nova tradição. A tradição recriada busca, portanto, a história como sua legitimadora, agindo também como fator artificial de formação de identidade e coesão grupal (Pinheiro, 2010, p. 179).

Há, portanto, por trás de cada criação ou reconstrução de uma narrativa histórica uma intencionalidade, isto é, um interesse de formação de uma memória coletiva. Como iniciativa dos grupos de poder, e com o aval dos próprios governantes do Estado de Goiás de então, a tradição inventada e criada como nova memória coletiva surgia como uma narrativa oficial em busca de se formar um símbolo pátrio para o Estado, gerar uma identidade e enaltecer a figura do bandeirante pioneiro.

Com a Cruz do Anhanguera, construção simbólica, quiseram perpetuar nas memórias muito além da saga bandeirante. É um discurso que engendra e fornece uma identidade a um povo que começava a extrapolar as fronteiras mesopotâmicas de seu território. A própria *A Informação Goyana* sinaliza isso: uma revista de propaganda do Estado de Goiás, publicada no Rio de Janeiro, então capital federal. Esta revista teve vida longa, de 1917 a 1935, servindo sempre aos interesses de Goiás. / Aproximando-se, pois, a comemoração do centenário da elevação de Vila Boa a cidade, com o nome de Cidade de Goiás, era necessário ter algo que cambiasse todas as atenções para ela, a vila de Bueno, a Vila Boa. Aliás, os centenários são sempre comemorados com regozijo e demonstrações de vivo interesse pelas pessoas (Pinheiro, 2010, p. 53).

De fato, o momento em que a cruz foi localizada no município de Catalão tinha proximidade com alguns eventos que viriam a ser celebrados em um futuro próximo e que já eram debatidos e refletidos em publicações de jornais de Goiás e também do Brasil sobre a história do Estado com a sua capital e a história do País. Isso ocorria devido ao

centenário de elevação de Vila Boa de Goiás a cidade (1918) e a proximidade com o centenário da independência do Brasil (1922).

Como se percebe, era um tempo propício e fértil para a criação de tradições, símbolos pátrios e heróis fundadores. Vários Estados tiveram essa iniciativa, procurando entre seus vultos do passado alguns personagens para glorificá-los como exemplos de persistência, ideais, bravura e coragem. Em Goiás, não seria diferente. A cruz encontrada materializava e tornava concreto um símbolo dos tempos de antanho e que, atribuída ao personagem tido como “descobridor das Minas dos Goyazes”, viria a ser um grande ponto de exaltação da figura de Bartolomeu Bueno da Silva e dos bandeirantes.

Após a inauguração do monumento, passou-se a escrever mais sobre o Anhanguera e a exaltar seus feitos, sua coragem, sua astúcia, e sua persistência em busca do ouro e do desbravamento do território goiano. Os relatos que vão surgindo afirmam que eram perfeitamente visíveis os três primeiros números de uma data gravada a ferro quente ao pé da cruz, onde constava 172... Sendo que o último número estava deteriorado e carcomido pelo tempo. O que levou o juiz e as autoridades de então a supor que a cruz teria sido plantada pelo Anhanguera quando de sua primeira incursão à procura do ouro no ano de 1722. A afirmação dessa “suposição” está, inclusive, em uma placa ao lado da cruz original, atualmente no Museu das Bandeiras. Entretanto, será que, de fato, a cruz teria sido instalada por ele?

Figura 2 - Placa informativa ao lado da cruz no Museu das Bandeiras.

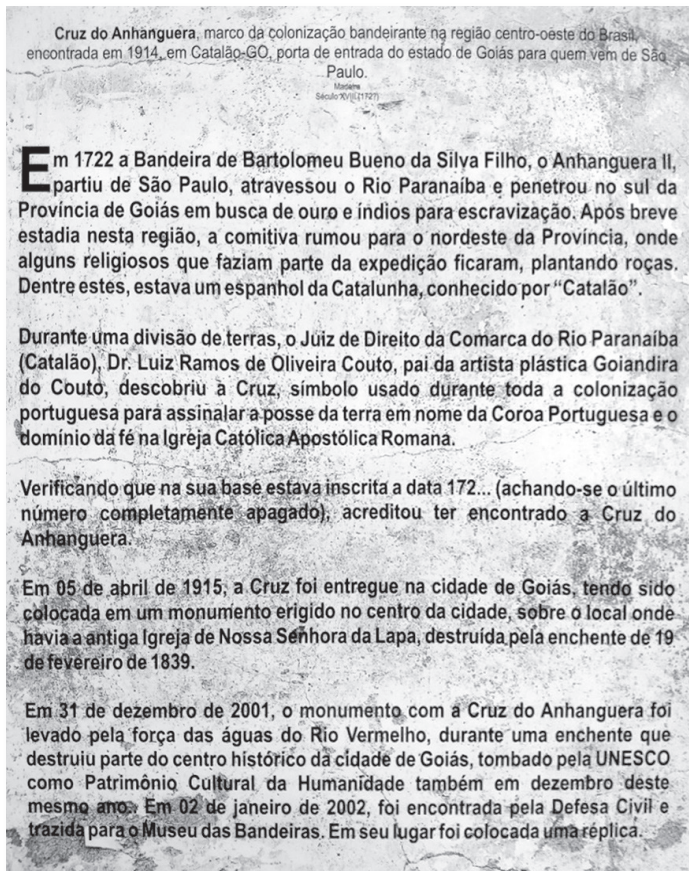


Foto: Pe. Murah Rannier

Mas não é este que narra os fatos quem “descobriu a pólvora”. Pouco depois da instalação do monumento na cidade de Vila Boa de Goiás, já havia aqueles que apontavam a discrepância da afirmação de que a cruz tenha sido fincada pelo Anhanguera. O relato mais antigo que aponta como falsa a vinculação da cruz ao Anhanguera e sua comitiva foi

apresentado por Henrique Silva, fundador da revista *A Informação Goyana*, publicada no Rio de Janeiro com assuntos acerca da história, geografia, economia, etc., do Estado de Goiás. Em seu periódico, Henrique Silva afirmou o seguinte:

Quem descobriu a falsa cruz do grande cabo de bandeiras foram os trabalhadores de uma turma da Estrada de Ferro Goyaz. Levada a notícia da descoberta a Catalão, seu supremo magistrado foi ve-la e como ‘perito’ reconheceu que o madeiro devia mesmo ter sido fincado alli pelo Anhanguéra, pois **trazia gravado a fogo a inscrição: 1746.** (...) Justificando o levantamento da supposta Cruz do Anhanguéra, proximo à margem direita do Paranahyba, affirmava outro foliculario do mesmo tomo e erudição historica, que assim procedera o descobridor dos Guayazes no intuito de assignalar a posse da terra goyana. Ora, por esse tempo, os lindes de S. Paulo e Goyaz se marcavam pelo Rio Grande e não pelo paranahyba. Este só ficou como limite de Goyaz depois do desmembramento dos Julgados de Araxá e Desemboque, que passaram a Minas Geraes em 1816 (SILVA, Henrique, *A Informação Goyana*, fevereiro de 1927, V. X, n. 7, p. 55).

Entretanto, apontando outra possível versão para o surgimento da cruz na localidade da Fazenda dos Casados, Henrique Silva se equivoca ao afirmar: “Sobre a decantada Cruz, a verdade é que ella foi fincada para assignalar a cóva de um Capitão pertencente a Milicia de Minas Geraes e naquelle local morto de um tiro que lhe desfechara o descobridor de Crixás, como resam as chronicas” (id, ibid). Trata-se de um equívoco, pois esse assassinato ocorreu anos antes, em 1736.

**Figura 3** - Cruz atualmente instalada no Museu das Bandeiras



Foto: Pe. Murah Rannier

Com certeza, Henrique Silva viu a cruz *in loco* ou teve informações de quem a tenha visto, pois acertou na data que apontou na publicação de sua revista. Ao olhar com atenção a cruz, é ela mesma quem desmente a afirmação de que a data nela presente seja 1722 com o último número desgastado. Ao verificar-se a cruz, comprova-se a fraude do “Mito fundador”, haja vista que nela está, de fato, inscrito de modo bem legível o ano em que foi fincada: 1746. Curiosamente, como dito anteriormente, no Museu das Bandeiras, ao lado da cruz há ainda a placa com um histórico que continua apontando a versão mais famosa e corrente: “Verificando-se que na sua base estava inscrita a data 172... (achando-se o último número

completamente apagado), acreditou ter encontrado a Cruz do Ananguera.”

Talvez, pela altura da base do monumento da cruz, a data ficasse impossibilitada de ser vista ou, então, tenha sido proposital, para continuar a propagar o mito e não desmenti-lo. A enchente de 2002 veio desvelar o que estava oculto e apresentar a verdade sobre esse caso.

**Figura 4** - Na inscrição na parte inferior da cruz, lê-se 1746



Foto: Pe. Murah Rannier

Desse modo, apesar do fato da passagem do Ananguera pela região de Catalão, ocorrida em 1722, não há como a cruz ter sido ali fincada por ele, pois, conforme afirma o historiador Padre Luís Antônio da Silva e Souza em sua pesquisa realizada em 1812, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás”, o bandeirante Ananguera faleceu em 19/09/1740 (Cf. Silva e Souza apud in: Teles, 1978, p. 82), e, como já dito,

a cruz traz claramente a data de 1746. Isso torna impossível que ele a tenha fincado no local. O que se leva à possibilidade de se nomeá-la como “Cruz dos Bandeirantes” ou de “Cruz do Tempo dos Bandeirantes” – pois não sabemos se foi fincada por algum bandeirante ou algum agricultor sesmeiro de alguma terra nas redondezas –, mas não como “Cruz do Anhanguera”.

### **Onde seria o local exato em que foi fincada a cruz?**

Quando da descoberta da cruz, todo o território pertencia a Catalão, porém, após os desmembramentos por emancipação de diversos municípios, parte do território próximo ao Rio Paranaíba, originalmente pertencente a Catalão, é atualmente autônomo e pertencente aos novos municípios. Desse modo, além de Catalão, a historiografia e o dizer popular dos cidadãos de alguns municípios vizinhos disputam a localização da instalação da cruz, como, por exemplo, Cumari e Anhanguera.

Todavia, após algumas pesquisas em mapas antigos e conversas com ciclistas que fazem trilhas na região, um deles nos passou a informação de que havia localizado e obtido as coordenadas geográficas do local exato onde teria sido fincada a cruz.

As coordenadas passadas foram S18°21.300' W 047° 55.209' = -18.358330, -47.922480. Tais coordenadas apontam para um local próximo ao traçado da antiga estrada real e não muito distante do antigo “Porto Velho”. Com base nessas coordenadas, foi possível identificar que o lugar se localiza dentro do território de Catalão e bem próximo das divisas com Cumari e Três Ranchos, mas um pouco mais distante das divisas do território do município de Anhanguera. Portanto,

o local em que foi instalada originalmente fica em Catalão e onde foi descoberta era no percurso da antiga estrada denominada “Estrada de São Paulo”, “Caminho de São Paulo”, que ia passar pelo antigo “Porto Velho”, que, de fato, esteve sob a administração do Anhanguera.

Quando foi inaugurada em 1913 a estação ferroviária denominada Anhanguera, que mais tarde daria origem ao município, todo o território pertencia a Catalão e ainda não existiam os municípios de Anhanguera e nem Cumari e esta estação era a primeira a ser inaugurada no Estado e a mais próxima do local original. Daí o motivo de sua nomenclatura.

Tendo retransmitido a informação das coordenadas ao presidente da Academia Catalana de Letras (ACL), Luís Estevam, este foi procurar *in loco* e verificou que a informação era verdadeira. Nas redondezas dessa localização, também região da antiga Fazenda dos Casados, mas um pouco mais próxima da estrada vicinal que por lá passa, facilitando o acesso ao local, há algumas décadas havia sido fincada uma cruz no lugar da original levada para Vila Boa de Goiás. A ação foi realizada pela ACL, por meio de iniciativa do antigo presidente, Cornélio Ramos, e seus demais membros. Como essa cruz havia se deteriorado, restando apenas parte do tronco dela, mais recentemente, por iniciativa de Luís Estevam, atual presidente da ACL e, na ocasião, também responsável pela Fundação Cultural Maria das Dores Campos, na data do dia 26/03/2023 foi festivamente instalada e abençoada uma nova réplica da “Cruz dos Bandeirantes” no local. A solenidade contou com várias autoridades e membros da imprensa local, alunos da escola militar, e do grupo da Folia de Santos Reis que se apresentou na ocasião.

**Figura 5** - Pe. Murah Rannier e Luís Estevam ao lado da réplica da cruz no dia de sua instalação



Fonte: registro fotográfico

**Figura 6** - Bênção dada pelo Pe. Murah Rannier



Fonte: registro fotográfico

**Figura 7** - Entre as personalidades presentes, o Dr. Geraldo Coelho Vaz, membro do IHGG e da ACL



Fonte: registro fotográfico

Concluimos que, pela sua antiguidade, história e disputas no seu entorno, a cruz é inequivocamente uma relíquia da historiografia goiana, e que não há dúvidas de que o local geográfico em que a cruz esteve instalada anteriormente tenha sido o atual território de Catalão. Também não se discute o fato de o bandeirante Anhanguera ter passado pelo território dessa cidade quando de sua viagem em 1722 e até de ter administrado, por meio de familiares e outros sob a sua ordem, um porto no território que hoje faz parte do município, e há sim a possibilidade de a cruz ter sido instalada por bandeirantes, ainda que não o Anhanguera, pois já havia falecido. Desse modo, apesar da historiografia oficial, há provas suficientes e a própria cruz não deixa qualquer dúvida de que esse símbolo seja posterior à morte do bandeirante Anhanguera.

Antes de finalizarmos, no entanto, há uma importante questão levantada por Izabela Tamaso e indicada por Carolina Fidalgo de Oliveira em sua tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo sobre o monumento da cruz importante de se recordar:

Cabe ainda ressaltar uma outra observação feita pela pesquisadora Izabela Tamaso. Ela percebe que a Cruz surgiu como “símbolo patrimonial” no momento em que estava ausente e quando os debates sobre sua possível reconstrução ou não tomaram consistência. Essa constatação pode ser averiguada também na documentação relativa à Unesco e ao Iphan, posto que a Cruz não é mencionada nem no Dossiê elaborado para a Unesco durante a candidatura da cidade ao título de patrimônio mundial, nem na documentação do Iphan como monumento histórico da cidade. Ela nem sequer está citada no Inventário Nacional de Bens Imóveis do Iphan e constatamos que nas entrevistas concedidas pelos moradores para a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais, também do Iphan, organizado em 1999, que a Cruz do Anhanguera é lembrada em apenas 7% das entrevistas. Ou seja, a Cruz torna-se oficialmente importante quando os grupos de poder na cidade a querem de volta na paisagem. Assim, lançam mão dos discursos patrimoniais para justificar sua reconstrução (Oliveira, 2016, p. 233).

Curiosamente, apesar de tantos esforços para obter a cruz e de a própria imagem dela ter se associado simbolicamente ao próprio município de Vila Boa, ninguém lembrou-se de registrá-la no inventário de bens imóveis (monumento como um todo) ou mesmo móveis (a cruz em si mesma) do Iphan ou da Unesco. Uma vez que não está registrada, há uma brecha que

favorece a justa requisição dos catalanos, que consta até de uma página no Facebook, pedindo a repatriação da cruz ao seu território original. Fato muito comum atualmente na museologia, onde têm surgido pedidos de repatriação de objetos, esculturas, pinturas e obras de arte indevidamente retiradas de seu local de origem sob a justificativa de reparação histórica.

## Referências

CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão: Estudo Histórico e Geográfico*. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1976.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed da UFG, 1980.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como Patrimônio Cultural Mundial: descompassados entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese apresentada como parte do requisito para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: Mitos de origem e invenção de tradições*. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010.

TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

## Arquivos

Hemeroteca digital [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)

Jornal O Imparcial – Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, 23/04/1915, nº 842.  
Correio Oficial: nº 1, 09/01/1915; nº 3, 23/01/1915; nº 16, 24/04/1915.

## Site da Biblioteca do IBGE

Imagem do monumento da Cruz. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=424708>. Acesso em: 22 maio de 2024.



Em apoio à sustentabilidade e à preservação ambiental, a EDITORA KELPS declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso no parque gráfico da  
Editora Kelps, no papel: Off-set 75g/m<sup>2</sup>,  
composto nas fontes: Book Antiqua e Bookman Old Style  
Junho, 2025

---

A revisão final desta obra é de responsabilidade dos autores